

Populismo

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Perceber as discussões que permeiam a conceitualização do populismo
- Compreender a importância das especificidades históricas e da historicidade dos conceitos
- Conhecer o populismo clássico na Argentina – Governo de Juan Domingos Perón

ROTEIRO DE ESTUDO

- Seção 1 - Populismos históricos
- Seção 2 - Populismo latino-americano: discussões em torno de um conceito
- Seção 3 - O populismo argentino

UNIDADE V

pró
LICENCIATURA

Para início de conversa

Ao longo da história, o termo populismo foi utilizado para identificar em diferentes países movimentos sociais e políticos portadores de características heterogêneas. Refere-se a uma multiplicidade de fenômenos que vão desde mobilizações das massas populares (urbanas e rurais) partidos políticos, ideologias, regimes, formas de governo, lideranças carismáticas, reformismos, ditaduras, etc. É justamente essa variedade que gera a imprecisão em definir o conceito de forma coesa, capaz de contemplar múltiplas realidades.

Para você ter uma ideia da heterogeneidade dos fenômenos identificados como populistas, basta lembrar de alguns líderes e/ou práticas governamentais que foram caracterizados como tal. Certamente, em se tratando de Brasil, você deve ter pensando em nomes como Getúlio Vargas, João Goulart e até Collor de Mello. Na vizinha Argentina, Menem e Perón podem servir de exemplos. E na Venezuela? Você saberia citar algum líder que tenha recebido por parte da imprensa o epíteto de populista? Pode ser que, nesse caso, tenha lembrado de Hugo Chávez. Ou seja, temos aqui diferentes nomes, diferentes práticas governamentais, diferentes localidades e temporalidades. Como fazer, então, para definir um conceito de forma a abarcar essa multiplicidade?

Essa polêmica tornou-se lugar comum de discussão entre os autores que se propõem a tratar do populismo. O que pretendemos aqui é que você inicialmente conheça as referências históricas do termo “populismo”, ou seja, abordaremos rapidamente as primeiras experiências históricas que foram identificadas como populistas. Posteriormente, seguindo a trajetória já esboçada da dificuldade de elaborar um conceito homogêneo, você verá como alguns intelectuais participam desse debate. Como compartilhamos com aqueles que enfatizam a importância da especificidade e da historicidade dos conceitos, apresentaremos na última seção desta unidade o caso da Argentina.

SEÇÃO 1

Populismos históricos

Na segunda metade do século XIX, as referências históricas do termo populismo reportam-se à Rússia, com o movimento também conhecido como *narodnik* e aos Estados Unidos da América, com os movimentos rurais de pequenos proprietários agrícolas do meio oeste americano.

Narodnik:
Originário do vocábulo russo *narod* : povo, nação

a) Rússia

A Rússia vivenciava nas décadas de 1860 uma situação bastante diferente dos países da Europa Ocidental. A fragilidade da burguesia e o incipiente proletariado industrial apontavam para as especificidades de uma economia ainda centrada na zona rural. Sob as ordens de um estado repressivo e autocrático, grande parte da população

rural trabalhava em condições de miséria. Nesse cenário, um grupo social de instrução superior, a conhecida *intelligentsia*, movido pela injustiça vivenciada pelos camponeses, potencializou o processo de questionamento da ordem instituída. Esse processo, que através de conflitos e tensões buscou superar as contradições internas, ficou conhecido como “populismo” ou “*narodnik*”.

A ênfase dos *narodnik* desse momento histórico concentrava-se em ir até o povo, acatando seus desejos e lutando para defender seus interesses, em particular a terra campesina e a liberdade.

Apesar do diálogo e da troca de experiências com intelectuais do ocidente, sem desconsiderar as peculiaridades vivenciadas na Rússia, esse grupo buscou a modernização do seu país. Diferentemente da França e da Inglaterra, onde as forças de mudança social e política eram impulsionadas por um estágio de desenvolvimento do proletariado industrial, do liberalismo e do capitalismo, na Rússia a única força de “massa potencialmente revolucionária era o campesinato”.

Os integrantes do campesinato valorizavam as comunas campesinas e postulavam a possibilidade de construir uma nova sociedade socialista sem passar pelas mesmas etapas europeias do capitalismo. Sonhavam com um país socialista, despojado do estado autocrático, sem diferenças sociais e econômicas; ambicionavam por uma Rússia socialista que, apesar de baseada na mais antiga e tradicional das instituições russas, a Vila Comunal, transformar-se-ia num país progressista.

Desde o início desse movimento - em meados de 1860 - até 1917, uma ampla variedade de pensadores e ativistas com diferentes estratégias de ação integraram suas fileiras

O populismo é significativo não pelo que tenha realizado, que foi praticamente nada, nem pelos números que veio a mobilizar, que pouco excederam alguns milhares: sua importância reside no fato de marcar o início de uma história contínua de agitação revolucionária russa que, dali a cinquenta anos, iria derrubar o czarismo e instalar o primeiro regime dedicado à construção do socialismo na história mundial. (HOBSBAWN, 1995, p. 234-235)

b) Estados Unidos

No que se refere aos Estados Unidos, a expressão populista foi usada também em meados do século XIX, para identificar um partido político que representava os pequenos proprietários agrícolas do Oeste.

Os conflitos, nesse cenário, concentravam-se em torno de alguns problemas considerados centrais. Em primeiro lugar, podemos citar as altas tarifas cobradas pelas companhias ferroviárias para realização do transporte de mercadorias. Atente-se ao fato de que os agricultores dependiam desses serviços para escoamento dos seus produtos e para recebimento dos insumos necessários à manutenção da produtividade e da própria sobrevivência. Os representantes dessas companhias – que, aliás, detinham o monopólio desse serviço – tinham uma convivência muito próxima com os grupos encarregados de administrar politicamente essa região, baseada numa relação de favores. Tal prática contribuía para que os interesses das companhias fossem mantidos, em detrimento dos interesses dos proprietários agrícolas.

Além desse fator, as dificuldades financeiras impulsionavam a contração de constantes dívidas com credores e com comerciantes locais. Visando a superar as amarras impostas pelo sistema e libertar-se dos vínculos de dependência com credores e comerciantes, os agricultores tentaram, a partir de 1880, criar cooperativas de compra e venda de mercadorias.

Tais iniciativas sofreram a forte resistência dos sujeitos beneficiados pelo esquema de dependência. Diante da situação, os agricultores optaram por entrar na política e pressionar o governo. As alianças, mesmo que acompanhadas de certas discordâncias, foram crescendo em vários estados americanos. Apesar dos percalços vivenciados, seus componentes formaram um partido político denominado Partido do Povo. Declaravam eles as condições miseráveis a que haviam sido reduzidos e afirmavam que, para remediar o sofrimento da classe produtora, os poderes do governo deveriam ser ampliados. Consideravam que a riqueza pertencia a quem a criava, e que os interesses do trabalho rural e cívico eram os mesmos, sendo idênticos seus inimigos (CARNOVAN, 1981, apud MACKINNON; PETRONE, 1998). Expressavam o descontentamento do setor agrário e uma reação contra as tendências de aumento de poder decisório das burguesias financeira, industrial e comercial, tipicamente urbanas.

Em síntese, o populismo norte-americano implicava numa peculiar negação da economia do laissez-faire. Queria o intervencionismo governamental nos assuntos econômicos, com ênfase nas questões financeiras e nos problemas suscitados pela crescente importância dos transportes ferroviários. Era preocupadíssimo com os assuntos monetários, porque sentia que por via do capital financeiro se lhes escapava uma parte dos lucros obtidos na agricultura. (IANNI, 1989, p.18)

A valorização do campo e o apoio aos agricultores são fatores em comum entre o populismo americano e o russo. No entanto, a maneira com que seus integrantes defendiam os agricultores e a crítica ao capitalismo – de um lado mais severa e, de outro, mais branda – demonstra a diferença e a especificidade de cada contexto (PRADO, 1986, p. 8).

Apesar de ambos os populismos vivenciaram e se defrontaram com o avanço do capitalismo, do industrialismo e da urbanização, reagiram de maneira diferenciada.

O movimento populista na Rússia negava o capitalismo, mas dele fazia uso, principalmente no fim do XIX e início do XX, enquanto estratégia de ações armadas. Já o populismo dos Estados Unidos apresentava-se de maneira mais compromissada com o processo político instituído e buscava caminhos legais e institucionais para conquistar seus interesses.

Na Rússia, os ideólogos do movimento, conhecido como *intelligentsia*, eram grupos majoritariamente urbanos, ou seja, pertenciam a setores sociais diferentes dos camponeses. Propunham o fortalecimento da propriedade comunitária e o apoio a cooperativas. Vale dizer que muitos dos *narodniki* foram socialistas e que a ideologia, nesse processo, foi um componente importante.

Nos Estados Unidos, o partido populista era forte defensor da propriedade individual, e sua base de apoio, apesar das alianças, concentrava-se nos agricultores do meio rural.

Enfim, os populismos aqui indicados apresentam a especificidade comum de serem uma reação contra a hegemonia da crescente industrialização sobre o campo e a agricultura, no fim do século XIX e início do XX. É evidente que, apesar das semelhanças, esses fenômenos variaram conforme o contexto sociocultural, político e econômico de cada país. Isso aponta para os elementos indicados anteriormente sobre a dificuldade em construir uma definição única para o que vem a ser populismo.

Populismo latino-americano: discussões em torno de um conceito

Voltando agora nosso interesse para a América Latina, podemos afirmar que o populismo tem sido estudado, a partir da década de 50, especialmente por sociólogos, historiadores, economistas e cientistas políticos. É um tema bastante controverso, complexo, que recebeu várias interpretações e originou muitas polêmicas. Dentre as discussões epistemológicas que acompanham o fenômeno, encontram-se as de intelectuais que buscam identificar no populismo características em comum. Outros, contrários a essa postura, consideram que não se pode generalizar um fenômeno que esteve presente em diversos locais e, portanto, possui um início e uma trajetória diferentes.

São muitos os populismos...

Durante as décadas de 1920 e 1930, o liberalismo e a democracia eram apontados, por correntes de pensamento antiliberais, como os responsáveis pela desordem econômica, política e social que assolava a sociedade na América Latina. Grupos políticos, principalmente nacionalistas de direita, disseminavam a ideia de que as oligarquias liberais demonstravam sua incapacidade de gerenciamento político na medida em que não conquistaram a independência econômica frente às práticas imperialistas. Esses grupos propalavam a necessidade de um Estado capaz de retomar a ordem e o progresso, que, segundo eles, estavam abalados pela ameaça constante de revolução das classes populares e pelo avanço desenfreado do comunismo. Seguindo-se o exemplo da experiência europeia, a integração das “massas” foi indicada como uma solução para o caos que se anunciava.

O regime fascista italiano e o nazista alemão passaram a ser vistos como alternativas de sucesso ao regime democrático em descrédito. Mesmo aqueles que eram contrários a tais práticas políticas, observavam a importância de um Estado forte, promotor da legislação social e mediador dos conflitos sociais, tendo à sua frente um líder carismático em contato direto com as massas. Alguns regimes na América adotaram essa política, denominada populista por alguns autores. (CAPELATO, 2001, p. 128)

Foi justamente nesse período que apareceram na América os governos chamados de populistas clássicos: o de Getúlio Vargas (1930-1945 / 1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964), no Brasil; o de Juan Domingo Peron (1946-1955), na Argentina; o de Lázaro Cárdenas (1934-1940), no México; o de Victor Paz Estensoro (1952-1956 / 1960-1964) e o de Hernán Siles Zuazo (1956-1960), na Bolívia; e o de José Maria Velasco Ibarra (1934-1935 / 1944-1947 / 1952-1956 / 1961 e 1968-1972), no Equador. Citam-se ainda os de Haya de la Torre (Peru), Grove (Chile) e Betancourt (Venezuela). Esses líderes mobilizaram amplas massas urbanas em torno de programas com *slogans* e ideias socialistas. Movimentos como o PARA, no Peru, e o Gaitanismo, na Colômbia, apesar de nunca chegarem ao poder, eram igualmente favoráveis à reforma social, aos trabalhadores, à democracia eleitoral e ao nacionalismo.

Como você pode ver, a longa relação de nomes, as diferentes datas, e os diversos países reforçam o que dissemos anteriormente sobre a variedade e complexidade do

fenômeno. Apesar disso, alguns pesquisadores buscaram identificar elementos comuns entre as distintas experiências caracterizadas como populistas.

ERNEST LACLAU, GINO GERMANI E TORQUATO DI TELLA

Ernest Laclau, inspirado na ideia de que conceitos teóricos não são historicamente determinados, podendo ser aplicado em variadas situações históricas, insere-se nessa tendência. Segundo ele, “o populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante, que é, por sua vez, parte de uma crise social mais geral” (PRADO, 1986, p. 8). Segundo o autor, diante da fragilidade do bloco dirigente, grupos dissonantes da ordem instituída tentam, por meio da mobilização das massas, estabelecer sua hegemonia.

Outro intelectual, utilizado como referência por muitos teóricos que se debruçaram sobre o tema, o sociólogo italiano Gino Germani, trabalhou numa perspectiva da teoria da modernização. Caracterizou o populismo como um momento de transição de uma sociedade tradicional para uma moderna, um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial. Nesse contexto, onde coexistem elementos que pertencem à sociedade tradicional e à industrial, produzem-se distintos tipos de assincronia. Em tais sociedades, identificadas por ele como sociedades duais, pode-se verificar concomitantemente um desenvolvimento econômico e material desigual; a constituição de zonas centrais e periféricas; instituições regidas por normas aparentemente contraditórias; insuficientes canais de participação política e movimentos sociais heterogêneos.

Ernest Laclau, argentino, um dos mais debatidos teóricos políticos da atualidade. Começou seus estudos universitários em Buenos Aires nos últimos anos do peronismo. Graduado em História pela Universidade de Buenos Aires e doutor pela Universidade de Oxford onde trabalhou com Eric Hobsbawm. Entre suas obras destaca-se Política e ideologia na teoria marxista (1986), Emancipação e Diferença e A Razão populista

[...] da mesma forma, todos os aspectos da estrutura social podem ser assíncronos: tanto os seus elementos psicológicos como a ‘superfície’ material e ecológica. Dentro da mesma região – da mesma forma que dentro de regiões ecologicamente diferentes – coexistem grupos ‘avançados’ e grupos ‘atrasados’. Normas contraditórias – como as que correspondem a estágios anteriores da sociedade e as que surgiram sob influência de mudanças de vários tipos, produzidas em outros setores da sociedade – podem continuar orientando a mesma instituição, desde que umas e outras mantenham certa legitimidade. De maneira análoga, podem coexistir atitudes, crenças e valores que ‘correspondem’ a épocas diversas. (GERMANI apud IANNI, 1989, p.21).

Voltando os olhos para a Europa, Germani afirma que a transição europeia (na Inglaterra, por exemplo), concretizou-se num ritmo diferente do que na América. A mobilização e a migração da população inglesa para os centros urbanos foram acompanhadas pelo aparecimento de estratégias e mecanismos de integração capazes de fornecer a esses grupos uma participação econômica e política de acordo com os diferentes estágios da democracia representativa. Sindicatos, escolas, legislação social, partidos políticos, sufrágio, consumo de massa foram engrenagens que sustentaram essa dinâmica. (GERMANI, 1977 apud MACKINNON; PETRONE, 1989). Germani observa ainda que a consolidação da democracia representativa na Europa se deu em duas etapas – primeiro, com

participação limitada, e posteriormente, com ampla participação – nas quais as massas são incorporadas ao sistema político através de reformas e participação em partidos liberais ou operários.

Na América Latina o processo de dá de maneira diferenciada. A rápida industrialização, a urbanização e a intensa migração conduzem a uma mobilização e intervenção das massas sem que haja instituições políticas; ou, como no caso da Europa, sem que haja mecanismos de integração capazes de absorver essa demanda. Quando isso ocorre, temos a intervenção dos movimentos nacionais populares, os quais são qualificados por Germani como movimentos autoritários.

Germani, italiano, residiu na Argentina por quase 30 anos. Formou-se em filosofia na Universidade de Buenos Aires. Durante os anos do peronismo foi afastado pelo governo das atividades acadêmicas. Em 1955 pode retornar ao Instituto de Sociologia como professor titular. Atuou como professor em diversas universidades nos Estados Unidos, Itália, etc. Entre suas obras citam-se: *Estrutura Social da Argentina*; *Política e sociedade em uma época de transição*; *Autoritarismo, fascismo, e nacional populismo*, etc

Estes movimentos “nacional-populares” têm surgido ou estão surgindo rigorosamente em todos os países da América Latina, pois que em todos eles o grau de mobilização das classes populares das áreas marginais, em cada país, rebaixa ou ameaça rebaixar os canais de expressão e participação que a estrutura social é capaz de oferecer. (GERMANI apud IANNI, 1989, p. 21).

Portadoras de uma mentalidade tradicional forjada por uma prática paternalista e autoritária, as massas marginais saídas do campo e recém constituídas nas cidades trazem consigo elementos constituintes dessa prática. A realidade vivenciada no meio urbano, a imposição de novas demandas, a rigidez do sistema político e a relativa inexperiência em conduzir ações coletivas, autônomas e democráticas favorecem o aparecimento de figuras carismáticas como protagonistas do cenário. Aparece então o líder populista, que conquista a adesão e cria fortes vínculos com a massa disponível. “Ele as induz a uma participação compulsória no processo de nacionalização e determina a passagem da aceitação passiva à participação ativa.” (GERMANI apud IANNI, 1989).

Para Torcuato Di Tella, o populismo apresenta alguns aspectos considerados fundamentais, dentre os quais podemos citar: o apoio das elites; a crise do liberalismo e a existência de uma classe operária ávida por mudanças. Di Tella enfatiza nesse processo a chamada “revolução das expectativas”, ou seja, as populações que migraram do campo para a cidade, estimuladas por uma nova realidade, criam diferentes expectativas em relação às aspirações sociais e econômicas. Quando o sistema não comporta a absorção dessas aspirações, as pessoas passam a sentir o que alguns sociólogos denominam como “incongruência de status” (IANNI, 1989, p.23).

Sendo assim, as debilidades das alternativas liberais e democráticas na América forneceriam as condições para a coalização populista. Em outras palavras, “as condições sociais e políticas peculiares dos países latinos americanos favoreceriam as alianças populistas e dificultariam o funcionamento da democracia representativa,

por um lado, e de partidos autenticamente operários, por outro”. (IANNI, 1989, p. 24).

Esses grupos formam uma massa numericamente importante que não encontra respostas para suas expectativas na alternativa liberal-democrata. Dispuserem-se, então, a seguir a orientação de uma elite disposta a comprometer-se com a mobilização das massas e com o processo de transformação. O aparecimento de um indivíduo que lidere as elites é imprescindível nesse contexto. Di Tella afirma que o apoio por parte das massas urbanas recém-formadas à elite e, conseqüentemente, às lideranças carismáticas e ideologias demagógicas, se dá devido à inexperiência política dessas mesmas massas. As ideologias são usadas como forma de controle e mobilização das massas. Segundo Di Tella,

Torcuato Di Tella, sociólogo argentino, possui uma vasta produção bibliográfica sobre o tema aqui tratado. Algumas de suas obras são: - Argentina, sociedade de massas; Coligações políticas: existem direitas e esquerdas? Historia argentina 1830-1992; Historia dos partidos políticos na América latina, - séc. XX; Política e classe operária e Sociologia dos processos políticos : una perspectiva latino americana.

O populismo, por conseguinte, é um movimento político, com forte apoio popular, com a participação de setores de classes não operárias com importante influência no partido e sustentador de uma ideologia anti status-quo. Suas fontes de força ou ‘nexos de organização’ são: a) elite localizada nos níveis médios ou altos da estratificação e dotada de movimentações anti status-quo; b) uma massa mobilizada formada em resultado da ‘revolução de aspirações’; e, c) uma ideologia ou estado emocional difundido que favoreça a comunicação entre líderes e seguidores e crie um entusiasmo coletivo. (DI TELLA, 1977 apud MACKINNON; PETRONE, 1989)

Tanto Germani quanto Di Tella elaboram modelos de certa forma genéricos para a compreensão do populismo latino-americano. Concordam que o populismo ocorre num momento de transição, isto é, na passagem da sociedade tradicional (agrária, pré-capitalista) para a sociedade moderna (capitalista, urbana e industrial), ou seja, em momentos de tensão estrutural. Essas tensões geram atores importantes: as massas, que chamam mais atenção e ocupam mais a análise de Germani; e as elites, das quais Di Tella se ocupa.

Várias são as publicações e trabalhos que discutem atualmente o populismo. Novas perspectivas de abordagem estimulam e alimentam os debates acadêmicos sobre o tema. No entanto, como você pode observar, os limites impostos pelos objetivos deste texto fizeram com que optássemos por discorrer apenas sobre as análises desenvolvidas por um grupo de intelectuais conhecidos como populistas clássicos, que elaboraram interpretações extremamente difundidas e discutidas sobre o fenômeno.

Em consonância com as discussões historiográficas atuais, muitos pesquisadores têm optado por trilhar um caminho inverso daquele escolhido pelos clássicos. Nas suas andanças pelos arquivos e fontes, privilegiam as particularidades nacionais e os recortes mais específicos, sem, contudo perder de vista a totalidade em que esses processos se inserem. Nesse sentido, Weffort propõe a importância de se realizarem análises específicas para se chegar a uma compreensão do fenômeno e das diversidades que ele apresenta na América latina. Entende o autor que o populismo foi um fenômeno político que assumiu muitas facetas e, por isso, tornou-se muito

difícil fazer “uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe toda a sua diversidade”. (PRADO, 1986, p. 11).

Partilhando de um entendimento de história em que os conceitos possuem uma historicidade, faço uso da seguinte afirmação de Prado (1986, p.9): “A produção e a validade dos conceitos não podem prescindir das configurações históricas específicas e determinadas”.

Mas afinal, o que isso significa? Qual a importância dessa afirmação para o que estamos estudando?

Como você deve estar lembrado, desde o início desta unidade observamos a heterogeneidade que acompanha o termo populismo. Nesse sentido, buscar uma definição única para o termo, capaz de explicar todos os fenômenos identificados como tal, pode deixar de lado elementos que auxiliem na compreensão dos diferentes sujeitos e experiências históricas. Assim, caro aluno, optando por percorrer um caminho que visualize o todo, mas também ilumine as partes, nas páginas a seguir vamos abordar um pouco da experiência populista vivenciada pelos nossos hermanos argentinos.

SEÇÃO 3

O populismo argentino

ANTECEDENTES

Nas primeiras décadas do século XX, a realidade socioeconômica da Argentina sofreu mudanças significativas. Inicialmente, a emigração estrangeira – principalmente a espanhola e a italiana – embalada pelo lema “fazer a América” (FAUSTO, 1990), cruza o Atlântico na busca de emprego temporário ou permanente.

Posteriormente, entre as décadas de 1930 e 1940, Buenos Aires foi alvo de atração para muitos indivíduos que optaram por deixar a vida nas províncias e no campo em busca de melhorias na cidade.

O movimento popular cresceu intensamente em favor de melhores salários, maior quantidade de empregos e melhores condições de vida. Em desacordo com os interesses oligárquicos, os novos setores emergentes reúnem-se em torno da União Cívica Radical – UCR (partido político criado em 1891) e do Partido Socialista.

Através dos líderes Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930) e Marcelo Alvear (1922-1928), a UCR governa o país até 1930, quando ocorre o golpe de Estado que estabelece a chamada República Conservadora (1930-1943).

GOVERNO RADICAL

Desde o aparecimento da UCR, a confiança na oligarquia e na durabilidade do governo fora minada aos poucos. Os radicais começaram a ampliar sua base de poder, atraindo um grande número de indivíduos de diferentes grupos sociais que até então desfrutavam de pouca representação. Dessa forma, em 1916, Hipólito

Yrigoyen, representante da UCR, ascende ao cargo de Chefe do Executivo.

Desde os anos iniciais de seu governo, os conservadores (opositores dos radicais) demonstravam certa desconfiança na capacidade de Yrigoyen de implementar mudanças significativas nos rumos do país. Apesar de não serem vitoriosos no pleito de 1916, os conservadores exerciam influência majoritária no Congresso, Exército, Igreja e Sociedade Rural.

Os primeiros anos de governo de Yrigoyen foram influenciados pela instabilidade econômica. Os ciclos de depressão e prosperidade, causados pela guerra, alteravam as receitas e despesas do governo. A variedade nas taxas de exportação e importação impedia que o governo tivesse ao seu dispor uma situação financeira que lhe permitisse ampliar sua base de apoio popular e, conseqüentemente, reduzir a influência dos conservadores no gerenciamento da nação.

As relações com a classe trabalhadora foram marcadas por práticas ora de aproximação, ora de tensão e afastamento. Nos primeiros anos de governo, a inflação impulsionou os trabalhadores para a organização da primeira greve geral de que se tem registro, em Buenos Aires. Iniciada por uma mobilização de trabalhadores da indústria metalúrgica, que se encontrava em péssima situação no final da guerra, numa luta pela sobrevivência, o movimento expandiu-se rapidamente e criou várias ondas de violência pela cidade. O governo, numa atitude controversa, manteve-se isolado dos conflitos. Coube ao exército promover a dispersão e desmobilização dos manifestantes.

Logo após, em 1920, na Patagônia, eclode outra manifestação que se espalhou rapidamente dos centros urbanos para as fazendas. Grupos armados entraram em confronto com fazendeiros e, novamente, diante da aparente apatia governamental, o exército interveio. Essa saga de agitação trabalhista revelou paulatinamente a repetida fragilidade de Yrigoyen.

Além disso, grande parte das propostas legislativas submetidas à aprovação do Congresso (algumas eram destinadas a atender às demandas das classes populares) não foi aprovada. Os conservadores congressistas recusavam-se a liberar créditos para a implementação de medidas do executivo

Por outro lado, o presidente eleito como representante dos radicais foi estreitando, durante os anos de seu governo, seus laços com a classe média. Em 1919, ele apoiou o movimento universitário denominado “*La Reforma*”. Os estudantes reivindicavam: participação na gestão das universidades; alterações nos processos seletivos de avaliação; e transparência na escolha dos docentes. O governo demonstrou simpatia com a causa acadêmica e muitas solicitações foram atendidas. (BETHEL, 2002)

Acusado de manter uma relação clientelista com a classe média, de brindar funcionários incompetentes com promoções exageradas, de não conseguir conter a agitação política trabalhista e de implementar acanhadas obras de reforma, Yrigoyen termina seu primeiro mandato. Apesar de tudo, consegue alcançar certa popularidade. Graças, principalmente, à sua imagem de adversário das oligarquias e defensor dos grupos marginalizados, conseguiu eleger seu sucessor, Marcelo Alvelar (1922-1928); e posteriormente, em 1928, retomou o cargo de presidente eleito.

Durante o segundo mandato de Hipólito, os efeitos da crise de 1929, iniciada nos

Hipólito Yrigoyen (1852–1933) foi o primeiro presidente da história argentina eleito pelo sufrágio universal e secreto.

Estados Unidos da América, espalham-se rapidamente pelo continente. Além disso, o fascismo começa a disputar adeptos entre componentes das classes conservadoras e do Exército que tinham certa simpatia com o modelo de Estado forte, capaz de restaurar a ordem e promover o progresso na sociedade argentina.

A simpatia transformou-se em realidade, e liderado pelo general José Felix Uriburu, antigo deputado conservador convertido ao fascismo, processou-se o golpe de Estado que depôs Yrigoyen e estabeleceu a República Conservadora.

REPÚBLICA CONSERVADORA (1930-1945)

A partir de 1930, os sucessivos governos conservadores adotaram medidas econômicas que atendiam aos interesses dos grandes produtores rurais. Tais medidas geravam discordâncias entre os diferentes grupos sociais. Afinal, os anos de governo da UCR, mesmo com todas as suas deficiências e limites, foram favoráveis à livre expressão da população argentina. Operários, pequenos proprietários, comerciantes, profissionais liberais eram setores que propunham uma nova orientação à vida do país e entravam constantemente em choque com o governo conservador que deu o golpe.

Em resposta, o governo iniciou uma política que ia desde o veto a candidatos de oposição até a fraude eleitoral, chamada de fraude patriótica. Prisões, torturas, medidas repressivas passaram a ser constantes durante os anos 30. Dirigentes radicais foram perseguidos, funcionários públicos demitidos. Intervenções contínuas, visando ao desmantelamento do movimento sindical, até deportações de dirigentes anarquistas e comunistas foram levadas a cabo.

Considerando a depressão que se estendeu até meados de 1932, medidas que apontavam para uma trajetória duradoura na política econômica argentina foram sendo adotadas, destacando-se dentre elas a crescente intervenção do Estado e o fechamento progressivo da economia. O controle do câmbio e a criação do Banco Central, entre outras medidas, apontavam para um estado partidário de uma prática intervencionista.

A indústria, logo após a crise de 1929, sente-se estimulada pelo mercado consumidor interno, pelas tarifas de importação e pela falta de divisas. Ou seja, são criadas as condições favoráveis para a produção local dos bens antes importados, para a substituição de importações. O setor têxtil, o de alimentos, de confecções, de produtos químicos e produtos metalúrgicos entram num gráfico ascendente.

Situação diferenciada vive o setor agropecuário, com o recuo paulatino da criação de gado. Além disso, a queda dos preços agrícolas contribui para a deteriorização de pequenos produtores, impulsionando o êxodo rural que se intensifica por volta de 1940.

Com o intuito de manter a quota de exportação de carne para a Inglaterra, os conservadores, representantes do modelo capitalista agrário-exportador, em contraposição às medidas nacionalistas e antioligárquicas adotadas nos governos radicais, firmam com a Inglaterra, em 1933, o chamado Pacto *Roca-Runciman*.

[...] pelo pacto, a Argentina, em troca de uma condicional manutenção, por parte da Inglaterra, da quota de importações de carnes, com o direito de restringi-la quando conviesse, se comprometia a fazer inúmeras concessões, com relação a tarifas importadoras, transportes internos e câmbio. As críticas ao pacto foram ferozes, o epíteto de ‘vende pátria’ se espalhou, mas o pacto se manteve, pois, na perspectiva dos grupos conservadores, o que era bom para eles deveria ser ótimo para toda nação. (PRADO, 1986, p. 39)

Em suma, mudanças produzidas de forma gradual em resposta às crises conjunturais criaram condições para uma relativa prosperidade econômica. Mesmo assim, o governo foi visto como “ilegítimo, fraudulento, corrupto e alheio aos interesses nacionais” (RAMOS, 2006, p. 75).

A constante repressão por parte do Estado não impediu que a atividade sindical se fizesse presente durante os anos mencionados. Principalmente após 1936, grêmios, sindicatos e organizações de trabalhadores como a União Ferroviária, a Fraternidade e a Federação Operária Nacional da Construção se mostram atuantes e dispostas a levar adiante suas reivindicações.

Dentre os sindicatos que participam das mobilizações, alguns optam, em detrimento de uma luta política mais ampla, por centrar suas forças nas conquistas das melhorias de condições de trabalho (horas, salários). O Estado não ignora essas reivindicações; ao contrário, volta sua atenção para elas. Nesse contexto, alguns líderes sindicais reconhecem o interesse do governo em atender as demandas dos trabalhadores e aceitam a arbitragem estatal. Isso gerou inúmeras discordâncias. Principalmente, entre socialistas, comunistas e anarquistas prejudicando uma posição homogênea de oposição ao Estado

Chegada a época da segunda guerra mundial, apesar da declarada neutralidade da Argentina, as Forças Armadas mostravam-se divididas entre os partidários dos Aliados e aqueles simpatizantes do Eixo.

Segundo alguns autores, esse fator foi determinante para que, em 1943, um grupo de militares reunidos em torno de uma organização denominada GOU (Grupo de Oficiais Unidos) liderasse o segundo golpe militar que tomou o poder na Argentina.

Simpáticos ao nazifacismo e reconhecendo-se como nacionalistas com pretensões expansionistas, esses militares declararam que o movimento se fazia com o intuito de “restaurar a democracia” e conduzir a Argentina numa nova fase da sua história “mais moderna”, ligada à industrialização (PRADO, 1986, p. 41).

Apesar de mostrarem-se inclinados a apoiar os países do Eixo,

Na Segunda Guerra Mundial, Alemanha, juntamente com a Itália e com o Japão, formavam o Eixo ou as Potências do Eixo. Seus opositores os Aliados, eram França, Reino Unido e posteriormente Estados Unidos.

são os golpistas de 43 os responsáveis pelo rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e o Japão, em 26 de janeiro de 1944, em virtude das pressões que vinham sofrendo, particularmente dos EUA. A guerra foi declarada ao Japão e Alemanha, virtualmente derrotados, em março de 1945, como condição para a entrada da Argentina na ONU. (PRADO, 1986, p. 42)

A decisão de romper as relações diplomáticas com o Eixo custou o cargo ao então presidente Ramirez, que foi forçado a renunciar em favor do seu vice, Coronel E. J. Farrel.

Após Farrel assumir a presidência da república, o coronel Juan Domingo Perón, membro do GOU que já participava do governo desde o golpe de 1943 atuando na Secretaria de Trabalho e Previdência, passou a ocupar além da função citada, os cargos de Ministro da Guerra e Vice-presidente.

Perón ficou conhecido principalmente pela sua atuação na Secretaria de Trabalho. A adoção de sucessivas medidas visando à melhoria da condição de vida dos trabalhadores contribuiu para que o coronel conquistasse, num ritmo crescente, o apoio das classes populares.

Na zona rural, a criação do Estatuto do Peão foi uma inovação que trouxe a Perón uma significativa simpatia da população residente no campo. Isso indica que as relações interventoras do Estado avançam também para regiões interioranas, moldando relações que antes eram conduzidas apenas pelos sujeitos envolvidos diretamente no processo.

Nos centros urbanos, uma das estratégias utilizadas foi a aproximação com dirigentes sindicais. A maioria dos líderes trabalhistas foi convocada a organizar e apresentar ao governo uma relação das suas reivindicações. Atendendo em parte a essas demandas, impôs-se o cumprimento das leis trabalhistas até então ignoradas. Perón unificou o sistema de previdência, ampliando o regime de aposentadorias; aumentou os salários; implementou o 13º salário, as férias remuneradas, os acidentes de trabalho, etc. Criou tribunais do trabalho e regulamentou as associações profissionais.

Aquelas lideranças que não atendiam aos chamados de convocação do governo – como, por exemplo, os comunistas – passaram a ser perseguidas e sistematicamente eliminadas de seus postos. Ao mesmo tempo em que Perón tinha uma política trabalhista, ele desarticulava os sindicatos mais combativos frente ao governo (PRADO 1986).

A prática de ‘Estado árbitro’ reavivou uma discussão entre os dirigentes sindicais sobre a demanda democrática e as reivindicações trabalhistas. O estabelecimento de acordo com o governo era duramente criticado por comunistas, socialistas. No entanto, as melhorias oferecidas pelo governo eram importantes diante da situação vivenciada pelos trabalhadores nos anos de crise. Alguns autores afirmam que a aceitação dos trabalhadores foi uma estratégia oportunista (ROMERO, 2006).

Perón, paulatinamente, inicia um processo que resultaria tempos depois nas bases de sustentação do regime: conversava com todos os setores da sociedade, elaborando um discurso adequado para cada um. Mesmo assim, a concentração de tanto poder nas mãos de um indivíduo desperta a hostilidade de diferentes grupos. Militares, industriais, profissionais liberais e estudantes, em setembro de 1945, juntos participam da ‘Marcha da Constituição e da Liberdade’, exigindo eleições livres e sem fraudes. Vale mencionar que a classe trabalhadora não estava presente na manifestação.

O exército, após longas discussões e fortemente pressionado pela opinião pública, termina por afastar o ‘coronel sindicalista do governo’. A princípio a iniciativa teve êxito, mas logo a situação tomaria novos rumos.

Reunida na Praça de Mayo, em Buenos Aires, capital federal, uma multidão composta majoritariamente por operários clama pela volta do líder. Após esse episódio, Juan Perón retoma o cenário como candidato oficial à Presidência, iniciando um novo capítulo na história argentina.



Imagem 10. Juan Domingo Perón
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Juan_Per%C3%B3n

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1946

A agitação e mobilização maciça dos operários indicavam as mudanças vivenciadas pela sociedade. O crescimento industrial durante a guerra promoveu um crescimento de trabalhadores que viram suas fileiras engrossadas com as migrações internas provocadas pela crise agrícola. Esses trabalhadores tornavam-se cada vez mais atuantes em organizações entusiasmadas com a política peronista. Esperançosos com as promessas do líder carismático, alguns dirigentes dedicam-se a organizar a força eleitoral que daria apoio a Perón nas eleições presidenciais. Cria-se então o Partido Trabalhista, o qual, entre outros itens, visava à recuperação das indústrias, à divisão das terras e ao fim do latifúndio, à participação de trabalhadores nos lucros das empresas e ao Imposto sobre a renda.

O programa estabelecia como inimigos a ‘minoría constituída por latifundiários, fazendeiros, industriais, comerciante, banqueiros e rentistas e todas as formas do grande capitalismo nacional ou estrangeiro’. Frente a eles se encontra a classe ‘trabalhadora’ formada por ‘operários, empregados e camponeses, juntamente com profissionais, artistas e intelectuais, assim como pequenos comerciantes, industriais e agricultores’. O partido pretendia organizar esta classe trabalhadora em sua totalidade, mas reconhecia como suas colunas principais as ‘grandes massas integrantes dos autênticos sindicatos de trabalhadores’. (RAMOS, 1978, p. 95 apud PRADO, 1986, p. 47-48)

Aqueles que discordavam das propostas e práticas adotadas por Perón uniram-se na chamada União Democrática (UD), que incluía os partidos de esquerda numa coalização composta pelos Partidos Democrático Progressista, Comunista, Socialista e por parte majoritária da URC.

[...] socialmente progressista, [o programada da UD], talvez tanto quanto o de Perón, mas seu impacto foi diluído pelo apoio entusiasmado recebido das organizações patronais. No entanto, para seus dirigentes e para as massas que essa coalização mobilizava, o essencial passava pela defesa da democracia e a derrota do totalitarismo, que havia sucedido e, de certo modo, prolongado o governo fraudulento. (ROMERO, 2002, p. 97)

Perón assume plenamente o discurso da justiça social, ou melhor, o discurso da democracia real da justiça social, em detrimento da democracia total tão apreçoada pelos seus adversários.

A sociedade passa a ser dividida entre Povo e Oligarquia, consolidando intenções que já vinham, desde os anos 20, sendo paulatinamente delineadas na Argentina.

PRIMEIRO GOVERNO DE PERÓN

Apesar das várias acusações, Perón vence as eleições. Com o fim da Segunda Grande Guerra a Argentina acumulara muitas divisas, que propiciaram ao país uma conjuntura extremamente favorável para aqueles que assumissem o poder da Nação.

Assim, no seu primeiro mandato, Perón encontrou as condições necessárias para fazer crescer a economia, aumentar os salários dos trabalhadores e melhorar os benefícios sociais.

A implementação do primeiro Plano Quinquenal do Governo de Perón, ainda em 1946, deixa clara a forte participação do Estado na regulamentação e condução da economia. Foram nacionalizadas as estradas de ferro, os telefones, as empresas de gás e companhias de eletricidade do interior. Como forma de estímulo, auxílios extras foram dados a algumas companhias como, por exemplo, a ainda acanhada *Aerolíneas Argentina*. A política monetária e de créditos passou a ser conduzida pelo Banco Central e as leis trabalhistas eram rigorosamente cumpridas.

A tendência autoritária do governo e a centralização cada vez maior do poder podem ser percebidas quando Perón dissolve o Partido Trabalhista, que o havia apoiado na campanha presidencialista de 1946. Visando a construir um homogêneo bloco político de sustentação ao seu governo, ele cria o intitulado Partido Único da Revolução, conhecido posteriormente como Partido Peronista. Aqueles que resistiram a essa decisão autoritária foram duramente perseguidos pelo governo. Nas universidades, ao mesmo tempo em que o governo consegue o apoio de certos estudantes com a concessão do ensino gratuito, expulsava professores e alunos que contestavam as práticas centralizadoras do poder.

Com relação ao proletariado, Perón manteve uma política de altos salários através de negociações coletivas mediadas preferencialmente pelo Ministério de Trabalho. O Estado contribuiu também por melhores condições de vida, à medida que congelou os aluguéis, estabeleceu o salário mínimo, promoveu a melhoria da saúde pública, estimulou a implementação de planos de habitação, construção de escolas, etc. Além disso, um enorme sistema de propagandas trabalha positivamente a construção do peronismo.



Imagem 11. Eva Perón com um grupo de mineiros.
Fonte: <http://members.fortunecity.com/evita2/mineros.htm>

O incentivo à sindicalização, estratégia frequente do Governo, resultou num aumento de 1.500 000 filiados em 1947 para 3 milhões em 1951. A Confederação Geral dos Trabalhadores foi reorganizada nos moldes corporativos e todos os sindicatos foram obrigados a filiar-se e a participar com contribuições financeiras. Percebe-se claramente, nos discursos de Perón, a construção de uma urdidura que une Estado, Sindicato e Nação.

Nosso apoio, como sistema, está baseado, precisamente, nessas duas forças, a política – representada pelo justicialismo – e a sindical – representada pelo verdadeiro sindicalismo. Para que este sindicalismo possa desenvolver sua ação paralelamente ao governo é mister que seja livre. Nós não temos, a partir do governo, nenhuma imposição sobre o sindicalismo. Temos, sim, um acordo, e quando eu vou tomar uma medida de governo os consulto e quando eles vão tomar uma medida me consultam. Nisso eles obtêm vantagem, mas eu obtenho uma vantagem extraordinária porque me asseguro assim do apoio político que de outra forma não teria nosso sistema. Porque estamos os dois defendendo um mesmo objetivo, que é o objetivo da NAÇÃO eles o sabem, e no preâmbulo de cada declaração das organizações sindicais está colocado que o interesse supremo que se defende é a NAÇÃO. (PRADO, 1986, p. 51-52)

Concomitantemente, o estado buscou apoio junto a setores populares não sindicalizados, e nessa trajetória Eva Perón, Evita como ficou conhecida de maneira carinhosa pela população, e a fundação tiveram papel determinante.

Evita nasceu em 07 de maio de 1919, num pequeno povoado denominado Los Toldos. Em 1935, aos 16 anos, passou a viver em Buenos Aires. Passou anos morando em pensões deploráveis e ganhando muito pouco pelos trabalhos que realizava nas companhias teatrais. Depois que conheceu Perón sua vida mudou radicalmente. Constata que sua vocação não era o palco, mas a política.

Tornou-se uma lenda viva. Tinha muita habilidade. Recebia delegações sindicais. Organizava sessões públicas para pedir ajuda aos necessitados. Não deixava um pedido por atender: óculos, empregos, móveis, vestidos, dentaduras, sempre partindo do princípio de que não estava fazendo caridade, mas dando ao povo o que o povo merecia.

Evita intervinha nas greves, na política trabalhista, criava e destruiu carreiras de funcionários do governo. No Departamento de Estado Norte-Americano se discutia seriamente sobre quem dava as cartas na Argentina: se Evita ou Perón. Os militares pressionaram, desde o início, para que Evita ficasse fora da cena política. Perón se negou. Tinha ela total devoção por Perón. Dizia-se que Evita vivia em Perón. Pensava através dele. (VIANA, 1999, p.68)

A Fundação Eva Perón superou em “tamanho, importância e influência” a grande maioria dos ministérios. Financiada com fundos públicos como parte dos impostos sobre cinemas, loterias, cassinos e contribuições mais ou menos voluntárias, como as oriundas da CGT, que contribuía com o salário de três dias por cada trabalhador filiado, a Fundação realizou obras de grande envergadura. Escolas, casas para idosos e órfãos, centros médicos, casas populares eram oferecidas às classes populares em nome da Fundação (VIANA, 1999, p. 61).

Essas atitudes eram reforçadas cotidianamente por obras paternalistas expressas através de favores especiais. Diversos pedidos eram encaminhados à Fundação, onde a própria Eva recebia consecutivamente caravanas de pessoas. Estas recebiam, de acordo com suas necessidades e solicitações, fogão, bicicleta, sapatos, máquina de costura, emprego, um leito de hospital, etc. Assim a “Dama da Esperança” ou a “Mãe dos Inocentes” atendia indivíduos que não eram protegidos por sindicatos ou associações e que passam a ver, através da figura de Eva Perón, o Estado como seu protetor.



Imagem 12. Eva Perón na Fundação.

Fonte: <http://images.google.com.br/imgres?>

[imgurl=http://www.evita-peron.org/graphics/reso3.jpg](http://www.evita-peron.org/graphics/reso3.jpg)

Em relação as mulheres a Fundação despendia uma atenção especial procurando sempre que possível atender integralmente seus pedidos e demandas. É importante citar que, exercendo sua influência junto ao Congresso, a primeira dama da Argentina conseguiu aprovação, em 1947, da lei que estendia o direito de voto às mulheres, propiciando um aumento considerável ao apoio eleitoral ao peronismo através do Partido Peronista Feminino.

A propaganda, através dos diferentes meios de comunicação, construiu uma imagem de Evita como a protetora dos humildes, dos descamisados.



Imagem 13. Carnet de Filiação e Pagamento do Partido Peronista Argentino

Fonte: <http://members.fortunecity.com/evita2/carnet.html>

Imagem 14. Selos Nacionais
Fonte: <http://members.fortunecity.com/evita2/descamisaditos.html>

Esta estratégia, a de construção de verdadeiros mitos nacionais, é empregada também em livros escolares adotados em diversas séries do ensino regulamentar da Argentina.



Imagem 15. Cartilha escolar

Fonte: [http://www.taringa.net/posts/imagenes/3223125/Educación-en-el-peronismo-histórico-\(1945-1955\).html](http://www.taringa.net/posts/imagenes/3223125/Educación-en-el-peronismo-histórico-(1945-1955).html)

A imagem de Evita e Perón está sempre associada à justiça social e ao progresso da Nação. Observe na gravura abaixo:

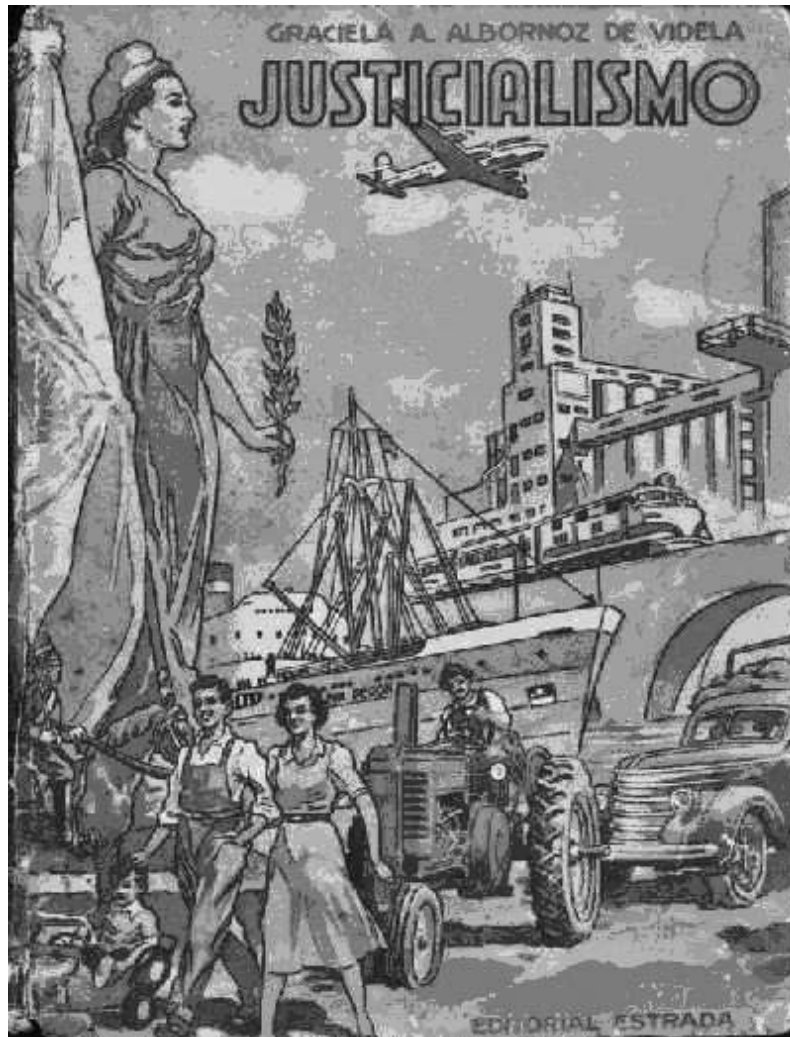


Imagem 16. Livro escolar - Justicialismo

Fonte: <http://members.fortunecity.com/evita2/descamisaditos.html>

O aparelho de propaganda também foi utilizado para silenciar qualquer oposição. As estações de rádio foram vinculadas à Secretaria de Imprensa da Presidência da República e, paulatinamente, foram proibidas de transmitir críticas ao governo. Os jornais que assumiam posturas questionadoras em relação às práticas governamentais foram fechados. Paralelamente, os periódicos que conseguem sobreviver às austeras normas governamentais ressentem-se da diminuição de matéria prima para sua impressão. A redução das cotas de papel fornecidas aos jornais os obriga a diminuir a tiragem e o tamanho das edições

PERONISMO E AS OLIGARQUIAS

Em relação as oligarquias o governo peronistas constrói um discurso de oposição e críticas constantes. Nesse sentido ROMERO (2006) afirma que o conflito expresso no discurso não se materializa na prática. Tal afirmação pode ser percebida na medida

em que os interesses fundamentais das classes altas tradicionais não foram afetados durante os anos em que Perón se manteve a frente do governo argentino. Ao contrário, durante esses anos o que temos uma conjuntura econômica favorável que propiciou o aumento e diversificação da elite argentina (ROMERO, 2006).

Nos setores populares a fisionomia também se alterou. As migrações internas, motivadas pela crise da agricultura, pela oferta do trabalho na indústria ou pela simples atração da vida urbana, acentuam-se. Essa população passa a habitar preferencialmente as periferias das grandes cidades, fenômeno típico de sociedades que absorveram um contingente representativo de migrantes. No entanto, a novidade nessa trajetória é que o estado peronista, vivenciando um período de prosperidade econômica, teve possibilidades de fornecer as esses setores populares, embora de maneira limitada, o acesso ao consumo, à vida urbana e à participação política (ROMERO, 2006, p.111). Compravam rádios, sapatos, calças, vestidos, viajavam graças aos planos de turismo local, lotavam estádios de futebol, praças, parques, salões de música e cinema.

Segundo ROMERO (2006), as pessoas “exerceram plenamente uma cidadania social, que nasceu intimamente ligada à política”. O Estado peronista reconhece e valoriza o trabalhador através das inúmeras concessões realizadas em seu benefício. Cria as condições necessárias para que esses indivíduos usufruam de melhores condições de vida. Além da saúde, educação, habitação, salários, o Estado Justicialista promove o acesso ao lazer, ao consumo, aos bens culturais como concertos, teatros, cinemas. Assim, a justiça social foi um “elemento presente tanto no discurso oficial quanto na identidade que se formava”. A conquista de uma democracia total foi novamente relegada a um segundo plano, em favor de uma democracia possível da justiça social.

O singular, foi a combinação dessa nova concepção comum a outra mais espontânea verdadeiramente constitutiva da sociedade argentina moderna: a ideologia da mobilidade social. A ação do estado não substituiu a clássica aventura individual da ascensão, mas dava a ela o impulso inicial e eliminava os obstáculos mais difíceis pra que os mecanismos tradicionais pudessem começar a funcionar. A justiça social completava assim o processo secular de integração da sociedade argentina, e a identidade que se formou em torno dela era ao mesmo tempo operária e integradora. ... Os trabalhadores se integraram à nação pelas mãos do Estado e, ao mesmo tempo, se incorporaram à sociedade estabelecida, cujos bens acumulados aspiravam gozar, com práticas típicas já desenvolvidas por aqueles que, em épocas anteriores, tinham seguido o mesmo processo de integração. (ROMERO, 2006, p. 112)

Para o autor, durante o peronismo a oposição “oligarquia” e “popular” se expressa muito mais por um embate cultural que social. As medidas adotadas pelo estado visavam a integrar as classes trabalhadoras ao modelo já estabelecido. Não se tinha o intuito de romper com padrões sociais e culturais há muito tempo presentes e valorizados, principalmente pela elite argentina. Objetivava-se apenas ampliar ou mesmo construir vias de acesso que possibilitassem às classes populares usufruírem desses padrões.

Por sua vez, a oligarquia e grupos de oposição que resistiam às práticas políticas do peronismo “tiveram uma reação horrorizada



Imagem 17. Eva e Juan Peron
Fonte: <http://www.vivabuenaosaires.com/port/paseos.html>

diante da invasão popular dos espaços que antes lhes pertenciam, e muita raiva diante da perda de deferência e respeito, que julgavam produto das medidas demagógicas do regime” (ROMERO, 2006, p. 114).

PERÓN NOVAMENTE PRESIDENTE

Diante da possibilidade de reeleição, prerrogativa concedida através da reformulação constitucional ocorrida em 1949, Perón avança a possibilidade de participar do pleito tendo como vice-presidente sua esposa. As reações contrárias foram imediatas, principalmente as do Exército, que sempre manteve um sentimento de repúdio e aversão pela primeira dama com sua constante “ingerência” nos assuntos do Estado.

Diante disso, Perón une-se a Quijano e em 11 de novembro de 1951 vence novamente as eleições. O segundo mandato foi muito diferente do primeiro. O capital adquirido com a guerra já não estava mais disponível, limitando assim as ações do governo.

Durante os primeiros anos de 1950 a Argentina vivenciou uma seca que destruiu parte da produção agrícola. No mercado externo, diante da concorrência de similares provenientes do Canadá e dos Estados Unidos, o preço dos produtos agrícolas sofrera consecutivamente uma queda. A crise da agricultura foi um dos fatores que contribuiu para a inflação e crise econômica.

Além disso, o modelo econômico peronista implantado desde 1946 não previu o investimento na aquisição de bens de capital com vistas a incrementar a indústria nacional. Tal opção demonstrou sua fragilidade na medida em que a Argentina tornou-se dependente das importações de máquinas, peças de reposição, aço, e outros produtos.

O problema do setor industrial podia ser percebido também na sua reduzida eficiência, expressa pelo uso de máquinas obsoletas, pela constante escassez da eletricidade e pela deficiência de transportes. Por outro lado, a indústria tinha despesas consideráveis com a folha de pagamento da mão de obra empregada. Grande quantidade de trabalhadores e salários razoáveis representava gastos vultosos para os empresários, que viam seus lucros diminuídos com a conjuntura econômica. Diante dessa situação, o governo suspende os contratos coletivos de trabalho.

Buscando estratégias para enfrentar a instabilidade, o governo peronista adota um novo rumo econômico, e passa a tratar de maneira diferenciada a entrada de capital estrangeiro. Apesar de as regras deixarem claros os limites de envio de lucros para o exterior, as medidas eram vistas com receio e indicavam mudanças representativas na conduta do governo. Nessa época instala-se na Argentina a FIAT, a Mercedes Benz e a Kaiser Motors.

Além disso, visando a conter a inflação, o governo peronista procurou reduzir o consumo de forma voluntária, incentivando a população a colaborar com a Nação. Subsídios do governo para bens de uso popular foram cortados. Os alugueis, que antes estavam congelados, foram liberados.

A crise econômica foi acompanhada por manifestações de insatisfação de bancários, gráficos, ferroviários, enfim, de trabalhadores temerosos dos novos rumos tomados pelo governo. Em represália, dirigentes são presos e grupos desmobilizados.

Nessa instabilidade e tensão que assolavam a sociedade argentina, em 26 de julho de 1952 morreu Evita, vítima de câncer. Com ela desapareceu a figura que melhor representava o movimento peronista para as massas populares.

Com a morte de Evita, o ativismo popular do governo foi substituído por uma máquina burocrática desprovida do carisma e proteção que antes era associado à “Dama da Esperança”.

CONFLITOS E TENSÕES NA DÉCADA DE 1950

Concomitantemente à implementação das medidas econômicas que, pelo menos no início, demonstravam dar resultados positivos, Perón endurecia na sua forma de gerenciar o Estado.

A peronização da administração pública e da educação cresceu com a exigência de filiação partidária, da exibição do escudinho ou do luto com a morte de Eva Perón, da doação de salários para a fundação e todo o tipo de manifestações em homenagem ao líder e a sua esposa, cujos nomes foram impostos a estações ferroviárias, hospitais, ruas, praças, cidades e províncias. A peronização chegou às forças armadas. Foram realizados cursos de doutrinação justicialista, e as promoções e seleção de superiores obedeceram abertamente a razões políticas. Os espaços da oposição foram reduzidos ao mínimo, na imprensa e no parlamento. (ROMERO, 2006, p.120)

Para as forças armadas, o apoio da hierarquia eclesiástica à política oficial ilustrava o caráter conservador do peronismo. O rompimento desses vínculos apontava para a incerteza das futuras práticas do governo. Assim, a conspiração militar que pôs fim ao regime peronista foi em parte estimulada pelo enfrentamento entre Igreja e Estado. A partir da criação do Partido Demócrata Cristão, essas instituições envolveram-se em conflitos cada vez mais acirrados.

Assuntos como educação laica, interferência da Igreja na política, nos grêmios, aproximação do estado com estudantes secundaristas eram ações que tencionavam as relações entre Estado e Igreja. É importante lembrar que desde a década de 1930 a sociedade argentina tinha adotado uma postura de aproximação com a Igreja e, conseqüentemente, reduzido a postura de laicização do Estado (TORRE; RIZ, 2002).

Manifestações públicas do confronto, tanto de um lado quanto de outro, resultaram na proibição de procissões, supressão do ensino religioso das escolas, aprovação do divórcio, reabertura de prostíbulos, prisão de sacerdotes, etc. Tais reformas foram acompanhadas por uma massiva campanha anticlerical na imprensa oficial. Perón irritou os bispos, ao dedicar maior atenção oficial ao clero de outros cultos religiosos, inclusive dos adeptos do espiritismo (TORRE; RIZ, 2002). A Igreja reage imediatamente, mobilizando seus adeptos e conseguindo congregar nas suas fileiras os opositores de Perón. Em junho de 1954, desafiando as ordens do líder do governo, os representantes da Igreja organizam uma grande procissão pelas ruas de Buenos Aires, deixando claro junto à população e Estado seu poder e influência como instituição.

No mesmo mês, a Marinha (aviação naval) organiza um atentado para bombardear a Casa Rosada e matar Perón. A iniciativa teve como resultado a

morte de aproximadamente 300 civis. Avisado do golpe, Perón retirou-se do local. A resposta dos defensores do governo peronista foram os incêndios à Cúria metropolitana e a várias igrejas de Buenos Aires.

Objetivando conter a onda de violência e o clima tenso e agitado, Perón tenta recompor seus quadros de liderança. Para isso, afasta indivíduos polêmicos e em seus lugares convida dirigentes com habilidade para o diálogo. Apesar da trégua estabelecida, Perón percebe as dificuldades que enfrentaria para, pelo viés democrático, manter-se no poder. Assim, em uma carta dirigida ao Partido Peronista e à CGT, revela sua decisão para, em nome da Paz da Nação, renunciar ao poder. Como era de prever, os sindicatos organizaram uma grande manifestação de apoio a ele. Na Plaza de Mayo, diante das massas aglomeradas, Perón declara que havia oferecido a paz a seus adversários, mas que estes a recusaram. Diante dessa postura, autoriza seus seguidores a tomarem a justiça em suas mãos.

A violência nós temos que contestar com uma violência maior. Com a nossa tolerância exagerada nós ganhamos o direito de reprimi-los violentamente. E desde já estabelecemos uma conduta permanente para o nosso movimento: aquele que em qualquer lugar tenta alterar a ordem e ir contra as autoridades constituídas, ou contra a lei e a constituição, pode ser morto por qualquer argentino... A palavra de ordem para todo peronista é contestar uma ação violenta, com outra mais violenta. E para cada um dos nossos que caia, cairão cinco deles. (VIANA, 1990, p. 71)

Perón perdeu, aos poucos, o apoio das classes médias que eram afetadas pelo agravamento da situação econômica. Com seu autoritarismo, o governo populista ganhava muitos inimigos. Grupos nacionalistas, discordantes da política de aproximação do capital estrangeiro, afastavam-se do governo. Por sua vez, seus opositoristas tradicionais empenhavam-se para que ocorresse o rompimento da aliança entre trabalho e capital. Nesse contexto, o secretário Geral da CGT ofereceu a ajuda dos sindicatos como defesa armada ao peronismo. Apesar da recusa de Perón, esse fato parece que foi determinante para o rompimento com as forças armadas (PRADO, 1986, p. 58).

Na cidade de Córdoba, em setembro de 1955, estourou um levante militar encabeçado pelo general Eduardo Lonardi, futuro presidente da Argentina. Perón renunciou no dia 22 de setembro de 1955, não manifestando nenhuma intenção de resistir; optou por não mobilizar os recursos que tinha à sua disposição. Viajou então para o Paraguai e República Dominicana, e instalou-se definitivamente na Espanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem que se constrói de Perón como líder que consegue o apoio das massas apenas pela retórica e pelo tratamento personalista despendido em seu governo deve ser entendida com certo cuidado. Para além de um líder carismático, Perón foi um governante que propiciou às massas trabalhadoras melhorias concretas.

Segundo PRADO (1986, p. 60), os limites de ação da política social peronista foram impostos por sua opção capitalista. Percebe-se nas palavras abaixo essa opção:

Não somos de maneira alguma inimigos do capital, e se verá no futuro que temos sido seus verdadeiros defensores. É mister discriminar claramente entre o que é o capitalismo internacional de exploração forânea e o que é o capital patrimonial da indústria e do comércio. Nós temos defendido este último e atacado sem trégua o primeiro. O capitalismo internacional é frio e desumano, o capital patrimonial da indústria e comércio representa, segundo nosso entender, a ferramenta de trabalho dos homens da empresa. O capital internacional é instrumento de exploração, e o capital patrimonial é o do bem-estar; o primeiro representa, portanto, a miséria, enquanto o segundo, a prosperidade. (PRADO, 1986, p. 62)

Péron reconhecia-se como “terceirista”, isto é, como partidário de uma terceira posição, nem capitalista, nem socialista, nem direita, nem esquerda. Acreditava num conflito armado entre EUA (capitalismo) e URSS (comunismo) que poria fim aos dois sistemas. Nesse cenário, a Argentina aparece como a protagonista de um novo mundo. Um mundo onde subsistem as diferenças de classe, as quais, por meio da ação tutelada do Estado, convivem harmonicamente. Para ele, a opção pela via terceirista se fazia pela justiça social, equilibrando-se trabalho e capital, mediante, também, a tutela do Estado (PRADO, 1986).

As relações tuteladas entre Estado e sociedade eram justificadas a partir de um discurso autoritário-paternalista. Segundo o governo peronista, a revolução violenta, composta pelas massas, só seria evitada por uma revolução pacífica liderada por um regime forte. Assim, para evitar o confronto, estrutura-se um regime forte e autoritário, mas que, por sua vez, dirigia-se às massas como “interlocutoras” políticas.



Imagem 18. Nem esquerda, nem direita –
Nem capitalismo, nem socialismo. Uma terceira via ...
Fonte: <http://www.casahistoria.net/images/peron-middle-way.jpg>

A política de concessões do governo peronista foi acompanhada por uma prática autoritária contra aqueles que se opunham ao regime, inclusive contra dirigentes sindicais. Estrategicamente, o governo conduziu os sindicatos a se vincularem a uma burocracia estatal, criando fortes vínculos de dependência para com o Estado.

Observamos, no decorrer do texto, que as forças de apoio e oposição ao regime foram heterogêneas e dinâmicas. A Igreja católica, importante apoio no início desse regime, foi essencial para sua queda. Já a esquerda pode ser claramente dividida entre aqueles que apoiavam o regime e aqueles que, como o Partido Comunista e o Partido Socialista, mantiveram uma postura contrária a ele durante todo o período peronista. Isso significa que descrever o fenômeno populista de forma simplista e homogênea implica não compreender

aspectos específicos que são relevantes para compreensão do todo.

Convido-o agora, caro aluno, a retomar o início desta unidade e relembrar como começamos nossa conversa. Fez isso? Pois bem, então deve ter constatado que desde o início observamos a dificuldade de elaborar um único conceito para definir populismo e homogeneizar suas características.

Por mais que intelectuais optem por aspectos que consideram relevantes para a compreensão do fenômeno, as opiniões demonstram a sua complexidade. Se nos detivermos, por exemplo, em analisar a adesão e apoio das classes trabalhadoras ao peronismo, veremos que Germani e Di Tella defendem que a imaturidade política do operariado recém-chegado aos centros urbanos foi essencial para os governos populistas. Segundo essa interpretação, trabalhadores se deixavam enganar pelo líder carismático, portador de uma prática personalista de governo cuja retórica era admirável.

Com uma leitura diferenciada do processo, segundo Capelato (2001), Murmis e Portantiero indicam que para a compreensão desse fenômeno faz-se necessário compreender o processo de formação e condução da organização sindical durante a década de 30. Nesse período, o crescimento do capitalismo “sem intervencionismo social” deparava-se com a incapacidade de atender as constantes demandas da classe operária (PRADO, 1986). Após 1943, com Perón na Secretaria do Trabalho e Previdência, inicia-se um processo no qual, paulatinamente, as massas passaram a ser contempladas pelas políticas do Estado. Assim, os autores citados diferem das análises de Germani e Di Tella sobre o despreparo das massas e afirmam que “a classe operária argentina era organizada, politizada e capaz de fazer escolhas”. (CAPELATO, 2001, p. 148).

Outros ainda retomam essa análise e recolocam as questões a partir de uma perceptiva que atenta ao significado das opções dos trabalhadores. Entre estes, Capelato (2001) cita Daniel James, que indica a contrariedade que permeia as relações entre trabalhadores e Estado. Ao mesmo tempo em que os indivíduos vivenciavam um governo interventor e repressivo, sentiam no seu cotidiano melhores condições de vida.

Trabalhadores foram tratados como cidadãos e sujeito de sua própria história ao aparecerem de forma privilegiada na configuração dessa política. Aqui, o apoio a Perón é entendido como uma opção da própria classe em função de seus interesses materiais e subjetivos (CAPELATO, 2001, p. 153)

Essas observações apontam novamente para a ambiguidade do populismo como fenômeno histórico que se traduz, desde seu início, nos antecedentes históricos, na composição interna do movimento e na conjuntura econômica.



Nesta unidade, você viu inicialmente as referências históricas do termo populismo, ou seja, desde quando essa expressão é utilizada para identificar uma determinada prática política. Pode perceber que o populismo na Rússia e nos Estados Unidos, apesar de apresentar semelhanças, variou conforme o contexto sociocultural, político e econômico de cada país. A seguir, voltando o olhar para a América Latina, pode constatar que o tema

é complexo e que recebeu diversas interpretações. Observou também, alguns aspectos das discussões epistemológicas que acompanham o fenômeno. No final da unidade pode estudar o Populismo na Argentina e analisar a especificidade das relações sociais, políticas e econômicas vivenciadas durante o governo peronista.



Saiba mais

Indicação bibliográfica: - CAPELATO, MARIA HELENA ROLIM. Multidões em cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo.

Filme: Eva Peron, A verdadeira história de.

Sinopse - Eva Duarte de Perón (popularmente conhecida pelo diminutivo Evita - 7 de maio de 1919 - 26 de julho de 1952), uma mulher pobre que chegou a ser primeira dama. Ela queria ser cantora, mas sua carreira de artista não deu muito certo. Em Buenos Aires, ela conhece e se casa com Juan Peron, que veio a ser presidente da Argentina e um dos maiores líderes populistas do mundo. Evita teve importante papel na vida pública do marido, sendo admirada por seu carisma e sua garra. Este filme retrata a vida de Evita de forma menos operística do que o musical “Evita”, de Alan Parker, mostrando a personagem central de forma mais humana e menos mitológica

Ficha técnica

- Direção: Juan Carlos Desanzo
- Elenco: Esther Goris, Victor Laplace, Leandro Regunaga
- Roteiro: Agnieszka Holland baseado no livro de Solomon Perel
- Música: José Luis Castiñeira de Dios
- Fotografia: Juan Carlos Lenard



Atividades

1.- Observe a imagem de número 16 intitulada - Livro escolar – Justicialismo - e analise detalhadamente as representações expressas na imagem dialogando com o texto base e com textos complementares.

2. - Faça um quadro comparativo entre o populismo na Argentina e no México. Depois procure conceituar populismo a partir dos elementos levantados. Como referência básica utilize o texto da Unidade V e o texto indicado abaixo. Para enriquecer sua análise busque artigos acadêmicos disponíveis na internet.

CRIPA, Ival de Assis. Populismo e Participação Popular na Política Mexicana. durante o governo Cárdenas (1934-1940). In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Volume 1 - Número 2 - Dezembro de 2009. www.rbhcs.com. disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Populismo%20e%20Participação%20Popular%20na%20Política%20Mexi

Muito bem, você concluiu mais uma etapa desta jornada!

Às vezes o conteúdo estudado pode ter causado um certo estranhamento. Isso porque até certo tempo atrás havia uma tendência em se pensar a América Latina como mundos totalmente diferentes - América hispânica e América portuguesa - e, por outro lado, porque nossas atenções estavam voltadas para a Europa e Estados Unidos. Sem querer desmerecer a importância dessas realidades, pode-se dizer que olhar com mais atenção para nossos vizinhos contribui para compreendermos com mais propriedade a própria situação brasileira. Isso não significa desconsiderar as especificidades regionais, mas, sim, lembrar que a América Latina vive processos econômicos, sociais e políticos próximos e, por vezes, simultâneos.

Observamos nas unidades iniciais que, a partir do rompimento com a metrópole, inicia-se um complexo processo de consolidação das independências e organização das Nações na América hispânica. Diferente do que aconteceu na Europa quando da formação dos Estados Nacionais, a implementação de um projeto político liberal burguês na América conviveu com a diversidade do contingente populacional (índios, negros africanos, mestiços, criollos, espanhóis etc.). Os diferentes interesses, muitas vezes conflitantes, que permeavam as atitudes desses grupos se fizeram presentes nos anos posteriores à proclamação das independências. Concomitantes a esse processo político, importantes modificações econômicas se fazem sentir pois, de acordo com as regras impostas pelo capital e a “dependência econômica”, temos a inserção efetiva da América no sistema capitalista. A complexidade dessa situação corroborou para que as lutas entre liberais e conservadores marcassem sua presença ao longo desses anos e para que o autoritarismo, o governo forte e a exclusão social se mantivessem por longas décadas dos séculos XIX e XX.

Neste percurso, você deve ter pensando na quantidade e multiplicidade de conteúdos tratados. No entanto, este é um dos dilemas quando temos que tratar de um período tão vasto e importante de nossa história. A incursão pelos caminhos da América hispânica de fato não é tão fácil, mas revela-se fascinante. Essas páginas, caro aluno, tiveram a intenção de abrir a porta para que você, a partir de agora, continue percorrendo o caminho.

Até breve!

- AGUILAR, Héctor; MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana: História mexicana Contemporânea, 1910-1989**. Ed.: EDUSC. São Paulo 2000.
- BETHEL, Leslie. **História da América Latina**. De 1870 a 1930, volume V. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.
- _____. **História de América Latina**. *El cono sur* desde 1930. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
- _____. **História da América Latina: La Independência**. Editora Crítica: Barcelona, 1991.
- BOLIVAR, Simon. **Escritos políticos**. *Selecion*: Graciela Soriano. Madrid, Aliança Editorial. 1975.
- FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história** – debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos** – O bravo século XX 1914 – 1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos** – O bravo século XX 1914 – 1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- LYNCH, John. **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona, Editorial Ariel. 1973.
- MACKINNON, María Moira & PETRONE, Mario Alberto Petrone, “**Los complejos de la Cenicienta**”, en *Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*, Eudeba, Buenos Aires, 1998.
- PLOTKIN, Mariano Bem. **El día que se invento el peronismo** – La construcción del 17 de Octubre. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. (Argentina e México). 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.
- ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- VIANA, Francisco. **Argentina. Civilização e Barbárie**. São Paulo: Atual, 1998.

CHRISTIANE MARQUES SZESZ

Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre em História das Idéias pela Universidade Federal do Paraná e doutora em História e Historiografia das Idéias Universidade de Brasília. È professora do departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde trabalha com as disciplinas de História da Colonização Ibérica I e II e História do Brasil Colonial.

MYRIAM JANET SACHELLI

Graduada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do departamento de História da UEPG, onde trabalha com as disciplinas de História da Colonização da América Ibérica e Tópicos de História da América.

CARMENCITA DE HOLLEBEN MELLO DITZEL

Graduada em História e Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e Doutora em história Cultural pela Universidade de Santa Catarina. é professora do departamento de história da UEPG desde 1986, onde trabalha com as disciplinas de história da América, Fundamentos do Conhecimento histórico e Métodos e Técnicas de Pesquisa. Autora de livros didáticos, é organizadora, em parceria com Cecilian Lowen-Sahr, do livro Espaço e Cultura Ponta Grossa e Campos Gerais (Ed. UEPG, 2001) e co-autora da série Visões de Ponta Grossa (Ed. UEPG).